



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 505/88

Institui o Imposto de Transmissão "Inter-Vivos", de bens imóveis.

A CÂMARA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE

L E I :

Art. 1º - Fica instituído, no Município de Ivaiporã, Estado do Paraná, o Imposto de Transmissão Inter-vivos de bens imóveis.

I - FATO GERADOR

Art. 2º - O imposto de competência dos Municípios, sobre a transmissão por ato oneroso "inter-vivos", de bens imóveis, bem como cessão de direitos à sua aquisição, tem como fato gerador:

a I. a transmissão, "inter-vivos", por ato oneroso, a qualquer título, de propriedade ou / do domínio útil de bens imóveis, por natureza ou / acessão física, como definidos na Lei Civil;

b II. a transmissão, "inter-vivos" por ato oneroso, a qualquer título, de direitos reais / sobre imóveis, exceto os direitos reais de garantia;

c III. A cessão de direitos relativos às / transmissões referidas nos incisos I e II;

~~IV. A cessão de direitos relativos às / transmissões referidas nos incisos I e II;~~

Parágrafo Único - Para os efeitos desta Lei é adotado o conceito de...



Câmara Municipal de Ivaipora

Lido em sessão realizada em

Em 05 / 12 / 88

[Handwritten signature]

encaminha

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

inominada
na 04/01/88 em 1ª discussão

Ata(s) n.º e

Diretor de Secretaria

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

na / /

Ata(s) n.º e

Diretor de Secretaria

CÂMARA DE VEREADORES

APROVADO

Em / /

Ata(s) n.º e

Diretor de Secretaria



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÁ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 505/88

fls. 02

constante da Lei Civil.

II - MODALIDADES DAS OPERAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Art. 3º - O imposto sobre a transmissão incide além da simples compra e venda, sobre as seguintes operações:

I - incorporação de imóvel ou de direitos reais sobre imóveis ao Patrimônio de Pessoa Jurídica, em realização de capital, quando a atividade / preponderante da adquirente for a compra e venda, locação ou arrendamento mercantil, de imóveis;

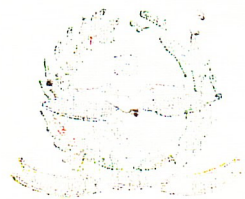
II - transmissão desses bens ou direitos, decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, quando a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil;

III - nas divisões, para extinção de condomínio de imóvel, quando for recebida, por qualquer / condômino, quota-parte material cujo valor seja maior do que o da sua quota-parte ideal;

IV - cessão de direito do arrematante ou adquirente, depois de assinado o auto de arrematação ou adjudicação;

V - cessão de promessa de venda ou transferência de promessa de cessão, relativa a imóveis, mesmo quando se tenha atribuído ao promitente comprador ou ao promitente cessionário o direito de indicar terceiro para receber a escritura decorrente da promessa:

ANCIENNE SOCIÉTÉ DE AGRICULTURE
INSTITUT DE PIATRA





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 505/88

fls. 03

VI - cessão dos direitos de opção de venda do imóvel desde que o optante tenha direito a diferença de preço e não simplesmente a comissão;

VII - cessão de direito de ação que tenha por objeto bem imóvel;

VIII - compromisso de compra e venda de imó
veis;

IX - dação de imóvel ou direito real so-
bre imóvel em pagamento de obrigação de qualquer /
origem;

X - permutas em que, no mínimo uma prestação se constitua de bens ou direitos sujeitos ao tributo.

Parágrafo Único - As permutas em que as prestações e contra /
prestações se constituam de mais de um obje
to tributável, o imposto recairá sobre cada
tradição indistintamente aos permutantes.

III - PASSIVO

Art. 4º - O sujeito passivo da obrigação tributária é:

I - nas operações dos itens I a IX do
artigo anterior, o adquirente dos bens ou direi-
tos;

II - nas permutas, cada uma das partes
pelo valor tributável do bem ou direito que rece-
be.

IV - DA BASE DE CÁLCULO

Art. 5º - A base de cálculo do imposto é o valor de mercado
dos bens e direitos à época do pagamento do tributo.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IANÓPOLIS
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 505/88

fls. 04

V - DO PAGAMENTO

Art. 6º - O imposto deve ser pago antes de lavrado o instrumento comprobatório da transmissão, devendo constar deste, o número e data da guia ou documento / que comprove o seu recolhimento.

Parágrafo Único - O recolhimento do tributo se faz por meio de Documento de Arrecadação Municipal / "DAM", na Tesouraria da Prefeitura Municipal, ou em qualquer estabelecimento do sistema financeiro autorizado.

VI - DA ALÍQUOTA

Art. 7º - A alíquota será de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Nas transmissões de unidades populares / em que Companhias Habitacionais participem como transmitente, o imposto será cobrado com redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, a presente lei entrará em vigor a partir do dia 1º (primeiro) de janeiro de 1.989 (mil novecentos e oitenta e nove).

THE UNIVERSITY OF MICHIGAN LIBRARY
ANN ARBOR, MICHIGAN





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

Projeto de Lei nº 505/88

fls. 05

JUSTIFICATIVA

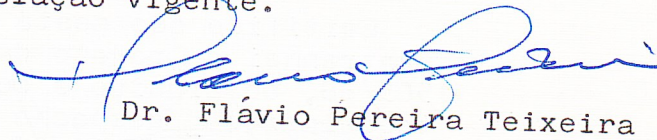
Exma. Sr^a Presidenta :

Nobres Vereadores :

Nesta oportunidade estamos passando às mãos dos Ilustres e Nobres Vereadores dessa Casa / de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 505/88, o qual versa sobre a regulamentação do imposto criado pela Constituição Federal e de competência municipal, / que é o ITBI - Imposto Sobre Transmissão de Bens / Imóveis.

Com relação à alíquota a ser fixada para o ITBI, não há limites previstos na Constituição Federal. A competência é plena do Município para fixá-la. Assim é que preferimos permanecer na tradição e fixá-la na ordem de 2% (dois por cento), como / naturalmente já vem acontecendo.

Limitados ao exposto e como se trata de matéria que fixa o prazo de sua vigência para o dia 1º de janeiro de 1989, requeremos que a apreciação / do presente projeto seja processado em regime de urgência e através de reuniões extraordinárias, tudo / na forma da legislação vigente.



Dr. Flávio Pereira Teixeira

Prefeito Municipal

Em virtude do encerramento do ano e também da 6ª Legislatura, sem que o presente Projeto de Lei fosse apreciado, remeto-o ao arquivo de onde poderá ser desentranhado caso haja interesse.

Ivaiporã, 30.12.1988

Mãe das Graças R. de Moraes
Presidente.

Certifico que nesta data - procedi o arquivamento do Projeto de Lei a que se refere o despacho supra.

Ivaiporã, 30 de 12 de 88

Herondy Anunziato
Chefe de Gab. da Pres.

Em atenção à solicitação do Sr. Prefeito, constante do ofício - nº 01/89, determino o desentranhamento do Projeto de Lei nº 505/88 e a sua inclusão na pauta das reuniões extraordinárias que designei para os dias 04, 05 e 06 do corrente mês, conforme edital.

Ivaiporã, 02.01.89

José Narciso de Melo
Presidente

CERTIDÃO

Certifico que nesta data desentranhei o Projeto de Lei nº 505/88, do arquivo e cumpro integralmente o despacho supra.

Ivaiporã, 02.12.89

Herondy Anunziato



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Praça dos três Poderes - DDD (0434) 72-1644 - CEP 86870

PROJETO DE LEI Nº 505/88

Aprovado em primeira discussão, por unanimidade de votos em sessão extraordinária. ATA Nº 1.196

Em 04.01.89

Herondy Anunziato

Chefe de Gab. da Pres.

Aprovado em segunda discussão por unanimidade de votos em sessão extraordinária. ATA Nº 1.197

Em, 05.01.89

Herondy Anunziato

Chefe de Gab. da Pres.

Aprovado em terceira discussão por unanimidade de votos em sessão extraordinária. - ATA Nº 1.198

Em 06.01.89

Herondy Anunziato

Chefe de Gab. da Pres.

Câmara de Vereadores de Iviporã

Ata da 1ª Sessão Ordinária

Realizada em 15 de Maio de 1990 - às 19h30min - CEM. MUN.



Ata da 1ª Sessão Ordinária

Realizada em 15 de Maio de 1990 - às 19h30min - CEM. MUN.

Presidência: Sr. Manoel de Jesus

Secretaria: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus

Assessor: Sr. Manoel de Jesus



Câmara de Vereadores de Ivaiporã

ESTADO DO PARANÁ

Praça dos Três Poderes - DDD (0434) 72-1644 - CEP 86870

PROJETO DE LEI Nº 505/88 -continuação

III - PASSIVO

Art. 4º - O sujeito passivo da obrigação tributária é:

- a) nas operações das alíneas a e i do artigo anterior, o adquirente dos bens ou direitos;
- b) nas permutas, cada uma das partes pelo valor tributável do bem ou direito que recebe.

IV - DA BASE DE CÁLCULO

Art. 5º - A base de cálculo do imposto é o valor de mercado dos bens e direitos à época do pagamento do tributo.

V - DO PAGAMENTO

Art. 6º - O imposto deve ser pago antes de lavrado o instrumento comprobatório da transmissão, devendo constar deste, o número e data da guia ou documento que comprove o seu recolhimento.

Parágrafo Único - O recolhimento do tributo se faz por meio de Documento de Arrecadação Municipal "DAM", na Tesouraria da Prefeitura Municipal, ou em qualquer estabelecimento do sistema financeiro autorizado.

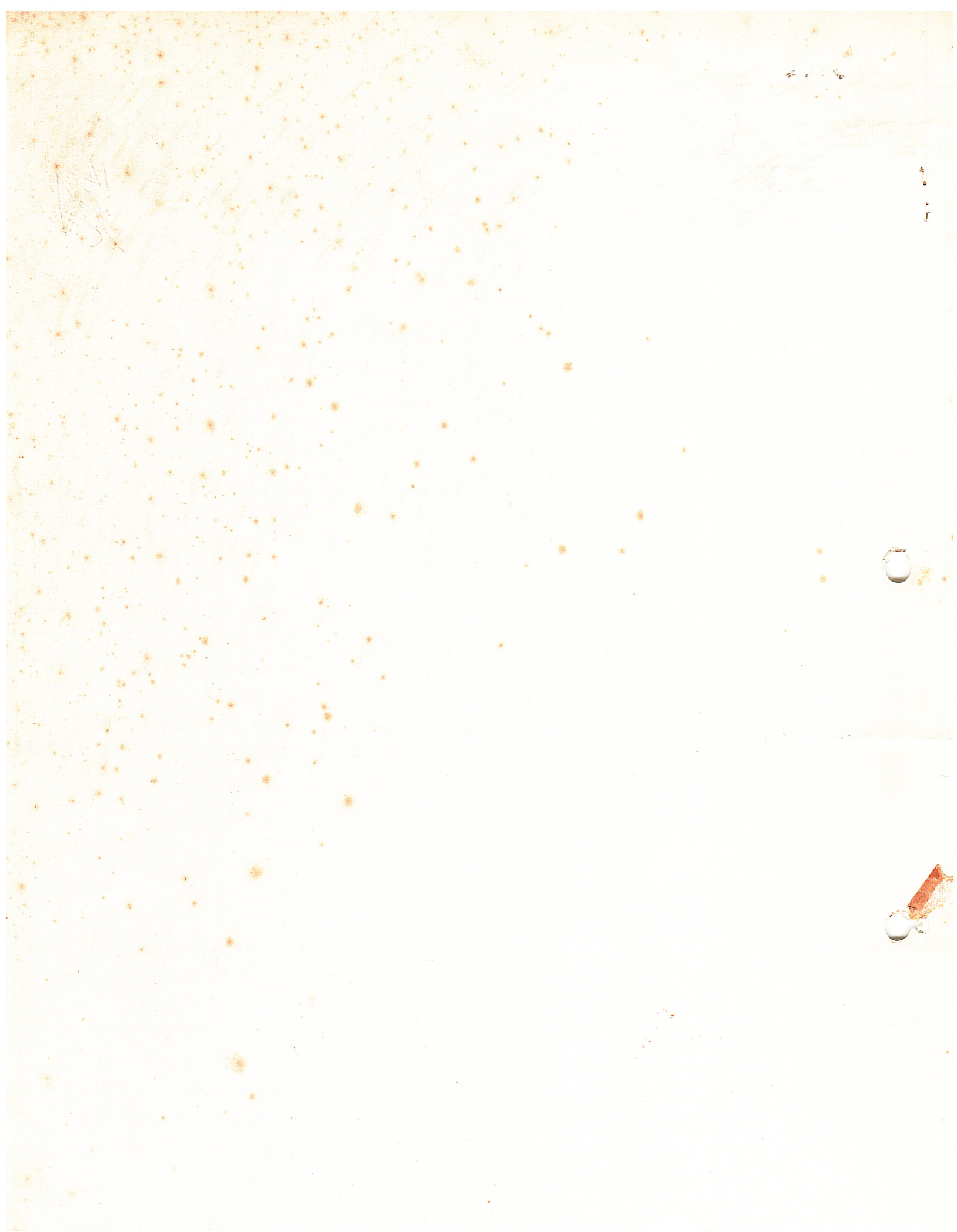
VI - DA ALÍQUOTA

Art. 7º - A alíquota será de 2% (dois por cento).

Parágrafo Único - Nas transmissões de unidades populares em que Companhias Habitacionais participem como transmitente, o imposto será cobrado com redução de 50% (cinquenta por cento).

Art. 8º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei será publicada no órgão oficial do Município e entrará em vigor na data prevista na Constituição Federal. Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Ivaiporã, aos seis dias do mês de janeiro do ano de mil, no

José Narciso Melo



Ofício nº 154/88

Ivaiporã, 13 de dezembro de 1988

SENHOR PREFEITO:

Tendo em vista o requerimento verbal do Vereador Eliaquim Sérgio Chaves da Conceição, com referência ao Projeto de Lei nº 505/88, que trata do imposto de transmissão inter-vivos, solicito informar se esse imposto não mais será cobrado pelo Estado, ou se ambos poderão cobrá-lo.

Aguardando a informação renovo-lhe meus protestos de elevada consideração e apreço .

Maria das Graças Rocha de Moraes

Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Dr. Flávio Pereira Teixeira
Digníssimo Prefeito Municipal
IVAIPORÃ



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ

ESTADO DO PARANÁ

11

Ofício nº 585/88-GP.

Ivaiporã, 16 de dezembro de 1988.

Senhora Presidente:

Em atenção ao solicitado no Ofício nº 154/88, dessa Presidência, vimos informar que o imposto Inter-Vivos, objeto do Projeto de Lei nº 505/88, será cobrado apenas pelo Município, e não pelo Estado, tendo em vista as disposições da nova Carta Constitucional (Art. 156 - Inciso II). Ao Estado caberá instituir o Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis", conforme a letra "a" do inciso I do Art. 155 da Constituição da República.

Limitados ao exposto, renovamos, ao ensejo, os nossos protestos de consideração e estima.

Atenciosamente,

Flávio Pereira Teixeira
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora

Vereadora MARIA DAS GRAÇAS ROCHA DE MORAES

Digníssima Presidente da Câmara de Vereadores de Ivaiporã

Nesta Cidade

AF/.-

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IVAIPORA

ESTADO DO PARANÁ



[Faint signature and stamp area]